

O LABORATÓRIO DE ACESSIBILIDADE DA BIBLIOTECA CENTRAL DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO NORTE

Buena Bruna Araujo Macêdo ¹

Julie Idália Araujo Macêdo ²

RESUMO

Este artigo discute a atuação do Laboratório de Acessibilidade da Biblioteca Central Zila Mamede (BCZM) na Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN), analisando a relação entre bibliotecas e acessibilidade, com foco na implementação do referido laboratório. O estudo é de natureza qualitativa e bibliográfica, fundamentado em levantamento teórico e histórico sobre o processo de criação e desenvolvimento da iniciativa. O Laboratório de Acessibilidade foi estabelecido em 2011, por meio de uma parceria entre a BCZM e a Comissão Permanente de Apoio ao Estudante com Necessidades Educacionais Especiais (CAENE). Para sua implementação, a biblioteca passou por um redimensionamento do espaço físico e adaptações arquitetônicas, com recursos provenientes do Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (REUNI), marcando os primeiros passos em direção à inclusão e acessibilidade para pessoas com deficiência na UFRN. O Laboratório de Acessibilidade integra a Coordenadoria de Apoio ao Usuário da BCZM, sendo responsável pela produção de materiais informacionais em formatos acessíveis, além de oferecer orientação e capacitação aos usuários sobre o uso de tecnologias assistivas. O laboratório segue as diretrizes administrativas da BCZM e as orientações técnico-financeiras da Secretaria de Inclusão e Acessibilidade (SIA), anteriormente conhecida como CAENE. O trabalho do laboratório visa garantir a acessibilidade à informação e aos conteúdos didáticos essenciais para a formação acadêmica de estudantes com Necessidades Educacionais Específicas (NEE), promovendo um ambiente mais inclusivo no âmbito da UFRN. O artigo conclui que, embora o Laboratório de Acessibilidade tenha representado um avanço importante, a implementação plena de acessibilidade continua sendo um desafio a ser superado na universidade.

Palavras-chave: Acessibilidade; Biblioteca; Tecnologias Assistivas; Necessidades Educacionais Específicas; UFRN.

INTRODUÇÃO

A acessibilidade no Ensino Superior constitui-se um dos principais desafios da educação contemporânea e um eixo estruturante para a efetivação dos direitos humanos e educacionais no Brasil. A acessibilidade é uma dimensão ética e política do direito à educação, pois se vincula ao princípio constitucional da igualdade de condições para o acesso e permanência na escola (CF/1988, art. 206). No contexto das universidades

¹Mestra em Educação Especial pela Universidade Federal do Rio Grande do Norte - UFRN, buenabruna@yahoo.com.br

²Doutora em Educação pela Universidade Federal do Rio Grande do Norte - UFRN, juliidalia@yahoo.com.br



O artigo está estruturado em cinco seções, além desta introdução. A segunda seção apresenta a metodologia empregada na pesquisa, explicitando os procedimentos adotados para a coleta e análise dos dados. A terceira seção expõe o referencial teórico que fundamenta a discussão sobre acessibilidade, inclusão e o papel das bibliotecas universitárias. Na quarta seção, são apresentados e discutidos os resultados obtidos, à luz



dos referenciais teóricos mobilizados. Por fim, a quinta seção reúne as considerações finais, sintetizando as principais conclusões do estudo e apontando perspectivas futuras para o fortalecimento das políticas de acessibilidade e inclusão na educação superior.

METODOLOGIA

A pesquisa adota uma abordagem qualitativa, de caráter bibliográfico e documental, centrada na análise de políticas institucionais e referenciais teóricos que tratam da acessibilidade no Ensino Superior e do papel das bibliotecas universitárias na democratização da informação. A abordagem qualitativa, conforme Triviños (2011), possibilita compreender fenômenos sociais em sua complexidade e contexto histórico, privilegiando a interpretação dos significados atribuídos pelos sujeitos e pelas instituições às suas práticas. O estudo busca interpretar o Laboratório de Acessibilidade não apenas como uma estrutura física, mas como expressão de uma cultura institucional inclusiva.

Foram utilizados como fontes documentais: o Plano de Acessibilidade da UFRN (2022); as Normas de Acesso e Serviços do Sistema de Bibliotecas da UFRN (2023); as Resoluções e Portarias referentes à criação da CAENE e da SIA; relatórios e registros internos da BCZM; e o Repositório de Informação Acessível (RIA).

Além disso, foi realizada uma revisão bibliográfica envolvendo autores que discutem educação inclusiva, acessibilidade, tecnologia assistiva e bibliotecas universitárias (Sasaki, 2006; Diniz, 2012; Mantoan, 2003; Almeida, 2019; Bersch, 2017; Freire, 1996; Boaventura de Sousa Santos, 2018). Foram mobilizados estudos institucionais e pesquisas anteriores sobre o próprio laboratório (Melo, 2009; Melo & Furtado, 2014; Gomes & Costa, 2017).

A análise das informações foi orientada pela análise de conteúdo (Bardin, 2011), que permite identificar categorias de sentido e compreender as dimensões pedagógicas, tecnológicas e institucionais que atravessam o Laboratório de Acessibilidade. Dessa forma, buscou-se ir além da simples descrição, propondo uma leitura crítica sobre o papel do laboratório na efetivação das políticas de inclusão e na promoção da acessibilidade à informação.

REFERENCIAL TEÓRICO

Acessibilidade e inclusão como princípios da educação democrática



A acessibilidade, conforme Sasaki (2006), é a condição que possibilita a todos usufruírem de forma autônoma e segura dos espaços, bens, serviços e informações. No campo educacional, a acessibilidade não se restringe às adaptações físicas, mas envolve dimensões pedagógicas, atitudinais, comunicacionais e tecnológicas. Trata-se de um conceito que articula ética e prática, expressando a busca pela igualdade de oportunidades e pelo reconhecimento das diferenças como valores sociais.

Na perspectiva freireana, a educação inclusiva é também um ato político de libertação: “[...] ninguém educa ninguém, ninguém se educa sozinho, os homens se educam em comunhão” (Freire, 1996). A inclusão, nesse sentido, não é concessão, mas afirmação de um direito. Ela exige a superação de estruturas históricas de exclusão e a construção de novos modos de convivência e de produção do conhecimento, em que todos os sujeitos sejam reconhecidos como capazes de aprender e ensinar.

A concepção socioantropológica da deficiência desloca o foco do indivíduo para o contexto social, compreendendo que as limitações não estão apenas no corpo, mas nas barreiras impostas pela sociedade. Nessa perspectiva, conforme Diniz (2012), a deficiência deve ser entendida a partir do modelo social, como resultado da interação entre impedimentos corporais e obstáculos de natureza arquitetônica, comunicacional, pedagógica e atitudinal. Assim, as políticas de acessibilidade e inclusão não se configuram como ações compensatórias, mas como estratégias de justiça social e de transformação das estruturas que produzem a exclusão. No âmbito do ensino superior, essa concepção exige políticas específicas que assegurem a acessibilidade integral e a equidade nas oportunidades de aprendizagem. A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei nº 9.394/1996) e a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Lei nº 13.146/2015) estabelecem o compromisso do Estado com a participação plena e efetiva das pessoas com deficiência em igualdade de condições com as demais. Essa abordagem é reforçada pelo Plano Nacional de Educação (Lei nº 13.005/2014), que incorpora metas voltadas à universalização do acesso, permanência e sucesso escolar de grupos historicamente marginalizados, reafirmando a inclusão como princípio estruturante da educação democrática.

Boaventura de Sousa Santos (2018) contribui com a noção de “ecologia de saberes”, segundo a qual o conhecimento deve ser plural e inclusivo, reconhecendo as diferentes formas de racionalidade e experiência. Em uma universidade pública, tal princípio se traduz na valorização das diferenças, da acessibilidade cognitiva e cultural e da democratização do acesso à informação.



As bibliotecas universitárias como espaços de inclusão

As bibliotecas universitárias são instituições de mediação do saber e constituem, conforme Almeida (2019), um dos ambientes mais estratégicos para a efetivação da acessibilidade na educação superior. Ao ampliar o acesso aos recursos informacionais, elas atuam como agentes de inclusão, favorecendo a permanência estudantil e o desenvolvimento da autonomia intelectual.

Segundo Bersch (2017), as tecnologias assistivas são fundamentais para viabilizar essa inclusão, pois permitem a superação de barreiras comunicacionais e informacionais. Leitores de tela, sintetizadores de voz, softwares de ampliação e impressão em *braille* não são meros instrumentos, mas condições estruturais para que a aprendizagem se efetive de maneira equitativa.

A biblioteca acessível, é um espaço pedagógico, e não técnico. Arroyo (2012) destaca que as instituições educacionais devem reconhecer a diversidade como fundamento do projeto político-pedagógico, e isso inclui a forma como organizam e disseminam o conhecimento. Nesse sentido, o Laboratório de Acessibilidade da BCZM emerge como uma resposta concreta à necessidade de repensar o papel social das bibliotecas nas universidades públicas.

Políticas institucionais e o contexto da UFRN

A Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN), ao longo das duas últimas décadas, consolidou políticas voltadas à inclusão, acessibilidade e democratização do ensino superior. Documentos como o Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI 2010–2019) e o Plano de Acessibilidade (2022) expressam o compromisso da instituição com a eliminação de barreiras atitudinais, arquitetônicas, comunicacionais e pedagógicas, bem como com a promoção de condições adequadas de permanência para estudantes com necessidades educacionais específicas (NEE).

A criação da Comissão Permanente de Apoio a Estudantes com Necessidades Educacionais Especiais (CAENE), em 2010, e sua posterior transformação na Secretaria de Inclusão e Acessibilidade (SIA), em 2019, representam marcos significativos dessa trajetória. Essas estruturas institucionalizaram a política de inclusão da UFRN, promovendo ações de formação docente, apoio técnico, produção de recursos acessíveis e articulação intersetorial entre as unidades acadêmicas e administrativas.



Tais iniciativas alinham-se às políticas nacionais de democratização do ensino superior, especialmente o Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (REUNI, 2007) e o Programa Nacional de Assistência Estudantil (PNAES, 2010), que contribuíram para ampliar o acesso, diversificar o perfil do corpo discente e fortalecer a permanência estudantil.

O REUNI, instituído pelo Decreto nº 6.096/2007, teve como objetivo expandir o número de vagas, criar novos campi e cursos, reconfigurar currículos e ampliar o ensino noturno, promovendo uma profunda reestruturação acadêmico-pedagógica nas universidades federais. Já o PNAES, regulamentado pelo Decreto nº 7.234/2010, **busca** reduzir desigualdades sociais e garantir a permanência dos estudantes de baixa renda, abrangendo ações em moradia, alimentação, transporte, saúde, inclusão digital, cultura, esporte, creche e apoio pedagógico.

Esses programas se articulam a outras políticas complementares que transformaram o panorama do ensino superior brasileiro, como o Programa Universidade para Todos (ProUni, 2004), o Fundo de Financiamento Estudantil (FIES, 1999, reformulado em 2010), o Sistema de Seleção Unificada (SiSU, 2010) e as ações afirmativas estabelecidas pela Lei nº 12.711/2012 (Lei de Cotas), que reserva vagas para estudantes de escolas públicas, de baixa renda, negros, pardos, indígenas e pessoas com deficiência.

De modo articulado, o Decreto nº 7.611/2011, que dispõe sobre a educação especial e o atendimento educacional especializado (AEE), e a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Lei nº 13.146/2015), reforçam a obrigatoriedade da acessibilidade física, pedagógica e comunicacional no ensino superior, assegurando igualdade de oportunidades e condições de aprendizagem a todos os estudantes.

Nesse cenário, a acessibilidade passa a ser compreendida não apenas como dever legal, mas como dimensão estruturante da universidade pública, expressando o compromisso com a equidade, a diversidade e a justiça social.

É nesse contexto que o Laboratório de Acessibilidade da Biblioteca Central Zila Mamede (BCZM) materializa o princípio de que o direito à informação é parte integrante do direito à educação. Sua existência simboliza a convergência entre política pública, inovação tecnológica e compromisso social, configurando-se como um espaço institucional de promoção da inclusão, da autonomia e da cidadania das pessoas com deficiência no âmbito universitário.



RESULTADOS E DISCUSSÃO

A gênese do Laboratório de Acessibilidade da BCZM

A criação do Laboratório de Acessibilidade da Biblioteca Central Zila Mamede (BCZM), em 2011, foi resultado de um processo histórico mais amplo de institucionalização das políticas de inclusão na UFRN. O embrião do projeto remonta às discussões que ocorreram nos anos 2000, com a constituição de uma comissão institucional voltada à elaboração de diretrizes para o atendimento de estudantes com deficiência. Essa mobilização culminou, em 2010, na criação da Comissão Permanente de Apoio ao Estudante com Necessidades Educacionais Especiais (CAENE), responsável por articular ações de acessibilidade física, pedagógica e comunicacional.

O Programa Incluir, do Ministério da Educação (MEC), lançado em 2005, foi determinante para a expansão das políticas de acessibilidade nas universidades federais. Por meio de chamadas públicas, as instituições puderam apresentar projetos voltados à criação e consolidação de núcleos e laboratórios de acessibilidade. A UFRN foi uma das universidades contempladas, o que viabilizou o redimensionamento do espaço físico da BCZM e a aquisição de equipamentos assistivos financiados pelo Programa REUNI (Decreto nº 6.096/2007).

O Laboratório foi concebido, portanto, como um espaço integrado de produção, adaptação e mediação de conteúdos informacionais acessíveis, com o propósito de assegurar o acesso à informação a estudantes com deficiência, sobretudo os com deficiência visual. O projeto representou um marco na consolidação das políticas de inclusão da UFRN e se constituiu como uma das primeiras iniciativas dessa natureza no Nordeste brasileiro.

Estrutura e funcionamento

O Laboratório de Acessibilidade está vinculado à Coordenadoria de Apoio ao Usuário da BCZM, funcionando de forma articulada com a Secretaria de Inclusão e Acessibilidade (SIA) — órgão responsável pelas políticas institucionais de inclusão na UFRN. O espaço foi planejado para atender as normas de acessibilidade física e tecnológica, dispondo de mobiliário adaptado, computadores com leitores de tela,



- Produção e adaptação de materiais informacionais em formatos acessíveis (digital, braille, áudio, ampliado);
- Digitalização de textos e obras acadêmicas, respeitando a legislação de direitos autorais (Lei nº 9.610/1998);
- Treinamento e apoio técnico para o uso de tecnologias assistivas;
- Empréstimo de equipamentos (lupas eletrônicas, gravadores, bengalas e dispositivos ampliadores);
- Gestão do Repositório de Informação Acessível (RIA), que disponibiliza um acervo crescente de textos adaptados e acessíveis à comunidade universitária.

Dimensões pedagógicas e formativas

Na perspectiva de Charlot (2000), aprender é estabelecer uma relação de sentido com o saber. Nesse contexto, a acessibilidade informacional não é apenas uma adaptação, mas uma condição de equidade epistêmica: ela possibilita que estudantes com deficiência participem do mesmo circuito de produção e apropriação do conhecimento que os demais. Essa democratização do acesso é, portanto, um gesto pedagógico e político.

Além disso, o Laboratório tem se mostrado um espaço de formação continuada para servidores e docentes, por meio de oficinas, capacitações e orientações sobre acessibilidade e tecnologias assistivas. Assim, contribui para a constituição de uma



cultura institucional inclusiva e colaborativa, em que a acessibilidade é compreendida como responsabilidade coletiva e não restrita a um setor especializado.

Desafios e perspectivas

Apesar dos avanços, ainda persistem desafios estruturais e institucionais. A ampliação do número de estudantes com deficiência na UFRN exige expansão de recursos humanos e tecnológicos, além de políticas mais robustas de financiamento permanente. Há também a necessidade de maior integração entre os setores acadêmicos e administrativos para consolidar a acessibilidade como eixo transversal do planejamento universitário.

Outro desafio refere-se à atualização tecnológica contínua. Softwares e equipamentos assistivos têm custos elevados e obsolescência rápida, o que demanda investimentos regulares. A sustentabilidade das ações do Laboratório depende, portanto, de políticas de gestão e financiamento que reconheçam a acessibilidade como prioridade estratégica.

Do ponto de vista pedagógico, é necessário fortalecer o diálogo entre o Laboratório, as coordenações de curso e o corpo docente, para que a acessibilidade informacional se articule com práticas pedagógicas inclusivas. Como defende Arroyo (2012), a inclusão não pode ser um anexo da política educacional, mas um princípio estruturante da própria concepção de ensino e aprendizagem.

Por fim, persiste um desafio cultural que requer a promoção de ações de sensibilização da comunidade universitária acerca da importância da inclusão e do respeito à diversidade. A acessibilidade é s uma questão técnica, ética e política que exige compromisso institucional e envolvimento coletivo na construção de uma universidade verdadeiramente democrática.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O Laboratório de Acessibilidade da Biblioteca Central Zila Mamede representa uma conquista histórica na trajetória da Universidade Federal do Rio Grande do Norte rumo à consolidação de uma política efetiva de inclusão. Sua criação em 2011 e o fortalecimento de suas ações nos anos seguintes demonstram o compromisso institucional



com a eliminação de barreiras informacionais e a garantia do direito de todos ao conhecimento.

O Laboratório configura-se como lugar de produção de cidadania, autonomia e reconhecimento. Ele materializa o princípio da educação inclusiva como prática de justiça social e amplia as possibilidades de participação acadêmica para estudantes com deficiência. Ao integrar tecnologia, pedagogia e compromisso social, reafirma o papel da universidade pública como agente de transformação e democratização do saber.

Entretanto, a consolidação da acessibilidade na educação superior exige investimentos permanentes, formação continuada e gestão intersetorial. É preciso compreender que o acesso à informação é um direito humano fundamental e que as universidades têm responsabilidade direta na sua efetivação.

A experiência da UFRN, por meio do Laboratório de Acessibilidade da BCZM, demonstra que a inclusão é um processo contínuo, que demanda inovação, sensibilidade e vontade política. Trata-se de um movimento em construção, que reafirma o papel da universidade pública como espaço de diálogo, pluralidade e emancipação.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, J. A. **Bibliotecas universitárias e acessibilidade: desafios e perspectivas**. São Paulo: Cortez, 2019.

ARROYO, M. G. **Ofício de mestre: imagens e autoimagens**. Petrópolis: Vozes, 2012.

BARDIN, L. **Análise de conteúdo**. Lisboa: Edições 70, 2011.

BERSCH, R. **Tecnologias assistivas e inclusão educacional**. Porto Alegre: Mediação, 2017.

BOAVENTURA DE SOUSA SANTOS. **A universidade no século XXI: para uma reforma democrática e emancipatória da universidade**. Coimbra: Almedina, 2018.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF, 1988.

BRASIL. **Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996**. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional.

BRASIL. **Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015**. Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência.

CHARLOT, B. **Da relação com o saber: elementos para uma teoria**. Porto Alegre: Artmed, 2000.



DINIZ, D. **O que é deficiência.** São Paulo: Brasiliense, 2012.

FREIRE, P. **Pedagogia da autonomia:** saberes necessários à prática educativa. São Paulo: Paz e Terra, 1996.

GIL, A. C. **Como elaborar projetos de pesquisa.** São Paulo: Atlas, 2002.

GOMES, R. R.; COSTA, M. T. P. **Análise e perspectivas do Laboratório de Acessibilidade da Universidade Federal do Rio Grande do Norte:** um estudo de caso na Biblioteca Central Zila Mamede. Interface, v. 14, p. 20–37, 2017.

MACEDO, B.B.A. **Cartilha digital sobre literatura surda: percepções e reflexões de professores dos anos iniciais do Ensino Fundamental.** 2024. (Dissertação de Mestrado — Programa de Pós-Graduação em Educação Especial, Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2024).

MACÊDO, J. I. A. MACEDO, B.B.A.. **O papel do laboratório de acessibilidade da Biblioteca Zila Mamede/UFRN.** Anais do V CINTEDI... Campina Grande: Realize Editora, 2024.

MACÊDO, J. I. A. MACEDO, B.B.A.. **A política de inclusão e acessibilidade no ensino superior da Universidade Federal do Rio Grande do Norte.** Anais do V CINTEDI... Campina Grande: Realize Editora, 2024.

MANTOAN, M. T. E. **Inclusão escolar:** o que é? por quê? como fazer? São Paulo: Moderna, 2003.

MELO, F. R. L. V. **Mapeando, conhecendo e identificando ações da UFRN diante do ingresso do estudante com deficiência.** In: MARTINS, L. A. R. (Org.). Práticas inclusivas no sistema de ensino e em outros contextos. Natal: EDUFRN, 2009.

MELO, F. R. L. V.; FURTADO, M. M. F. **Experiências e iniciativas em acessibilidade e inclusão na UFRN:** o Laboratório de Acessibilidade da Biblioteca Central Zila Mamede. Revista Gestão & Conexões, 3(1), 43–67, 2014.

SASSAKI, R. K. **Inclusão:** construindo uma sociedade para todos. Rio de Janeiro: WVA, 2006.

TRIVIÑOS, A. N. S. **Introdução à pesquisa em ciências sociais:** a pesquisa qualitativa em educação. São Paulo: Atlas, 2011.

UFRN. **Plano de Acessibilidade da Universidade Federal do Rio Grande do Norte.** Natal: UFRN/SIA, 2022.

UFRN. **Normas de Acesso e Serviços do Sistema de Bibliotecas da UFRN.** 5. ed. Natal: UFRN, 2023.

UFRN. **Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) 2010–2019.** Natal: EDUFRN, 2010.

